



RESUMO EXECUTIVO

POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NA AMAZÔNIA LEGAL E ABANDONO INSTITUCIONAL



EQUIPE INESC

Conselho Diretor

Aline Maia Nascimento
Elisabetta Recine
Luiz Gonzaga de Araújo
Romi Márcia Bencke

Conselho Fiscal

Enid Rocha
Augustino Veit

Colegiado de Gestão

Cristiane da Silva Ribeiro
José Antônio Moroni
Nathalie Beghin

Gerente Financeiro, Administrativo e de Pessoal

Ana Paula Felipe

Assistente da Direção

Marcela Coelho M. Esteves
Thayza Benetti

Planejamento, Monitoramento, Avaliação, Aprendizagem – PMAA

Adriana Silva Alves

Equipe de Comunicação

Gabriela Alves
Sílvia Alvarez
Thays Ferrari Puzzi

Assessoria Política

Alessandra Cardoso
Carmela Zigoni
Carolina Alves
Cássia Lopes
Cássio Cardoso Carvalho
Cleo Manhas
Dyarley Viana de Oliveira
Rárisson Sampaio
Sheilla Dourado
Teresa Ruas
Thallita de Oliveira

Educador Social

Markão Aborígene

Assistente de Contabilidade

Josemar Vieira dos Santos

Assistente Financeiro

Ricardo Santana da Silva

Auxiliares Administrativos

Adalberto Vieira dos Santos
Eduarda R. Aguiar Figueiredo
Eugênia Christina Alves
Ferreira
Isabela Mara dos Santos da
Silva

Auxiliar de Serviços Gerais

Roni Ferreira Chagas

Estagiário

Andrey Felype

APOIO INSTITUCIONAL

CLUA – Climate and Land Use
Alliance

ETF – Energy Transition Fund
Fastenaktion

FDCC (T.F. 1/2024)

Fundação Charles Stewart
Mott

Fundação Ford

Fundação Heinrich Böll

Fundar

Fundo Malala

ICS – Instituto Clima e
Sociedade

KNH – Kindernothilfe

OSF – Open Society
Foundations

PPM – Pão para o Mundo

Rainforest Foundation Norway

SEJUS (T.F. 18/2024)

WRI – World Resources
Institute

FICHA TÉCNICA

Coordenação Política

Cristiane Ribeiro
José Antônio Moroni
Nathalie Beghin
(Colegiado de Gestão do
Inesc)

Coordenação técnica

Carolina Alves
Sheilla Dourado

Redação

Danilo Serejo (consultor)

Revisão técnica

Nathalie Beghin

Revisão gramatical

Paulo Castro
(Books Maze Publishers)

Diagramação

Raones Ramos

Inesc – Instituto de Estudos Socioeconômicos

Endereço: SCS Quadra 01 - Bloco L, nº 17, 13º Andar Cobertura
– Edifício Márcia. CEP: 70. 307-900 - Brasília/DF

Telefone: + 55 61 3212-0200

E-mail: inesc@inesc.org.br

Página Eletrônica: www.inesc.org.br

*É permitida a reprodução total ou parcial do texto, de forma gratuita,
desde que seja citada a fonte e inclua a referência ao texto original.*

Resumo Executivo

Povos e comunidades tradicionais na Amazônia Legal e abandono institucional

Os povos e as comunidades tradicionais (PCT) da Amazônia Legal desempenham um papel central na preservação da sociobiodiversidade, na manutenção dos modos de vida sustentáveis e na proteção dos ecossistemas amazônicos.

No entanto, apesar de sua relevância histórica, ambiental e cultural, tais povos enfrentam um cenário persistente de insegurança territorial, decorrente de lacunas e assimetrias no arcabouço jurídico nacional e estadual.

No plano federal, observa-se um conjunto abrangente de normas voltadas ao reconhecimento cultural, à valorização dos conhecimentos tradicionais, à participação social e à proteção ambiental. A Constituição Federal de 1988 inaugurou uma nova perspectiva de direitos coletivos e ambientais.

Além disso, reforçam os mecanismos de proteção instrumentos como a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Decreto nº 6.040/2007, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº 9.985/2000) e a portaria que cria o Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS).

Apesar desses avanços, permanece uma lacuna fundamental: inexistem instrumentos jurídicos que garantam, de forma robusta e definitiva, a propriedade territorial de PCT que não se enquadram nas categorias de povos indígenas ou comunidades quilombolas.

A análise do repertório normativo nos estados da Amazônia Legal revela um cenário fortemente desigual. Há estados que avançaram significativamente, como o Amazonas, que instituiu mecanismos de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) coletiva por prazo indeterminado, além do Amapá, cujo conjunto legislativo recente integra PCT às políticas climáticas e de governança socioambiental.

Em contraposição, estados como Roraima e Tocantins ainda apresentam vácuos normativos profundos, voltados quase que exclusivamente ao tema indígena. Por seu turno, o Estado do Maranhão veta a regularização de territórios ocupados por PCT.

Um fenômeno marcante é o processo de “ambientalização” dos direitos de PCT. Os estados passaram a reconhecer tais povos como atores estratégicos nas agendas climáticas e de

serviços ecossistêmicos. Embora positivo, trata-se de um movimento que não substitui a necessidade central de regularização fundiária. Sem títulos definitivos, povos e comunidades tradicionais permanecem vulneráveis à grilagem, à expansão agropecuária e às restrições administrativas.

Na prática, a ausência de instrumentos jurídicos claros e definitivos provoca conflitos fundiários prolongados, dependência excessiva de decisões administrativas e limitação ao acesso a políticas públicas. Em muitos casos, o direito ao território, reconhecido culturalmente, não se materializa no cotidiano.

Em 2025, organizações representativas de PCT apresentaram ao Governo Federal uma proposta de decreto presidencial voltada à regulamentação da titulação dos territórios tradicionais. Embora importante, sua natureza jurídica frágil limita sua capacidade de garantir proteção duradoura e definitiva, especialmente em razão da instabilidade política presente no parlamento nacional.

O estado da arte revela um cenário de abandono institucional, caracterizado pela fragmentação normativa e pela insuficiência de políticas integradas. É urgente avançar em três dimensões: (I) criação de um marco legal federal que trate da titulação territorial; (II) harmonização das legislações estaduais; e (III) criação de estruturas permanentes de gestão e proteção territorial.

Apesar das lacunas, experiências estaduais como as do Amazonas e do Amapá podem oferecer pistas para políticas públicas mais sólidas. Consolidar o direito territorial desses povos é uma condição essencial não apenas para a proteção de seus modos de vida, mas também para a preservação dos ecossistemas amazônicos. Garantir a terra é garantir futuro, identidade e dignidade.



